LEI N.º , de de de

Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da Quarta Região e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, com sede na cidade de Porto Alegre-RS, tem sua composição alterada de trinta e seis para quarenta e oito Juízes.

Art. 2º Para atender à composição a que se refere o artigo anterior, são criados 12 (doze) cargos de Juiz do Tribunal, na forma do Anexo I desta Lei.

Art. 3º São criados no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, os cargos de provimento efetivo e em comissão e as funções comissionadas constantes dos Anexos II e III desta Lei.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao Tribunal Regional do Trabalho da Quarta Região no Orçamento Geral da União.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília-DF, de de ;188º da Independência e 121º da República.

ANEXO I

(Art. 2º da Lei n.º , de de de)

CARGO	QUANTIDADE
Juiz do Tribunal	12 (doze)

ANEXO II

(Art. 3º da Lei n.º , de de de)

CARGO	ÁREA ESPECIALIDADE	QUANTIDADE
CJ-03	Assessor de Juiz	24 (vinte e quatro)
CJ-03	Diretor de Turma	03 (três)
TOTAL		27 (vinte e sete)

ANEXO III

(Art. 3º da Lei n.º , de de de)

FUNÇÃO	ÁREA ESPECIALIDADE	QUANTIDADE
FC-05	Chefe de Gabinete	12 (doze)
FC-05	Assistente de Gabinete	60 (sessenta)
FC-04	Assistente IV	03 (três)
FC-02	Assistente II	03 (três)
TOTAL		78 (setenta e oito)

JUSTIFICATIVA

Nos termos do artigo 96, inciso II, alíneas “a” e “b”, da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional anteprojeto de lei examinado e aprovado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Tribunal Superior do Trabalho e Conselho Nacional de Justiça, que trata da alteração do número de 36 (trinta e seis) para 48 (quarenta e oito) juízes e da criação de cargos de provimento efetivo e em comissão e de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, sediado em Porto Alegre – RS.

A proposta foi encaminhada ao Conselho Nacional de Justiça, em observância ao disposto no art. 82, IV, da Lei n. 11.768/2008, ficando parcialmente aprovada na Sessão de 26 de maio de 2009, para a criação de 12 (doze) cargos de Juiz do Tribunal, 27 (vinte e sete) cargos em comissão (CJ-03) e 78 (setenta e oito) funções comissionadas, sendo 72 (setenta e duas) FC-5, 03 (três) FC-4 e 03 (três) FC-2, para permitir o funcionamento de três novas Turmas no Tribunal.

O anteprojeto decorre de um significativo acréscimo de ações ajuizadas nos últimos anos naquele Tribunal, sem que houvesse o correspondente aumento do número de cargos de magistrados na segunda instância.

Desde 1980, o número de juízes daquele Tribunal aumentou três vezes, ao passo que o número de processos recebidos aumentou 9,3 vezes. Nos últimos quinze anos, o número de processos recebidos pelo TRT da 4ª Região aumentou 130%, saltando de 26.856 em 1992 para 61.797 em 2007. No ano de 2008, chegou-se a um total de 78.604, representando um número de processos superior em 192,68% ao número de 1992. Nos últimos três anos, o número de recursos recebidos por magistrado saltou de 1.194 em 2006 para 2.111 em 2008.

O número de casos novos por Juiz daquele Tribunal foi de 1.717 em 2007 e a ampliação da competência da Justiça do Trabalho promovida pela Emenda Constitucional n.º 45/04 tende a aumentar ainda mais esse número.

No ano de 2005, o número de processos pendentes de julgamento chegou a um total de 9.757. No ano seguinte, 2006, passou para 10.764; em 2007, para 15.179; e em 2008 saltou para 21.686 processos. Observa-se que, nesse período de três anos, houve um acréscimo ao número de processos pendentes de julgamento de 122,26%, ou seja, em um curto lapso de tempo, esse número multiplicou-se.

Para atender à demanda crescente de trabalho, aquele Tribunal vem se valendo de sucessivas convocações de juízes para compor suas Turmas, chegando a convocar, desde 1995, em média, 10 juízes por ano.

O anteprojeto em exame tem por objetivo solucionar a carência de juízes do Tribunal para atender à demanda sempre crescente de processos para julgamento e evitar o aumento do número de processos pendentes.

Afigura-se imprescindível a criação dos cargos de Juiz do Tribunal, o que proporcionará uma normalização da prestação jurisdicional no segundo grau, evitando-se a adoção de regimes de exceção e a convocação de juízes de primeiro grau para atenderem à alta demanda por julgamentos de recursos.

Registre-se, a favor da proposição, manifestação do Conselho Nacional de Justiça:

“Primeiramente, vale ressaltar que se apresenta dentro dos limites orçamentários a criação das novas vagas no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região em todos os estudos de viabilidade feitos pelo Comitê Técnico de apoio.

Com efeito, a criação de doze (12) cargos de Juiz no Tribunal e cento e cinco (105) cargos e comissões – que representa o número suficiente para a composição dos gabinetes dos magistrados – se encontra abaixo do pleito original da Corte, dentro do limite prudencial orçamentário e já permite a melhora substancial da prestação jurisdicional, com a efetivação de três turmas novas de julgamento.

Nos últimos anos o Tribunal do Trabalho gaúcho tem mantido, em média, oito (08) juizes convocados, como bem demonstra o Memorial apresentado pela Instituição. Esse procedimento tem como consequência a redução da capacidade de resposta do primeiro grau, que facilmente pode ser observado quando se apura o resíduo de decisões do primeiro grau pendentes nos últimos três anos: 6.611 em 2005; 8.711 em 2006; 11.054 em 2007 e 7.860 em 2008.

Ou seja, a convocação para substituição nos Tribunais, prejudica a atuação do primeiro grau e, no caso do Rio Grande do Sul, vem sistematicamente, comprometendo o desenvolvimento da atividade jurisdicional no interior do Estado, com o acréscimo da taxa de congestionamento.

Quanto a desconformidade com o artigo 11 da Resolução CSJT nº 53/2008, entendemos que, até por ser inviável a criação de cargos de magistrados não múltiplos de 4 no Tribunal, já que a composição da câmara se dá com tal número de Desembargadores; que a distribuição por desembargador fica menos de cem processos aquém do previsto, ou seja muito próxima ao limite previsto pelo CSJT, qual seja 1.500 processos e, principalmente, porque a atuação do Conselho deve ser preventiva e não apenas reativa de realidade já posta, entendemos que não há obstáculo a criação de 12 novas vagas no TRT 4ª Região.

O CNJ constitui-se em órgão de planejamento estratégico do Judiciário. A criação de cargos no âmbito de um Tribunal deve se pautar, inicialmente, quanto às questões orçamentárias. Além disto, questões fáticas e pontuais com relação ao funcionamento ideal das

Cortes devem ser observadas para que se alcance, na melhor medida possível, celeridade e efetividade na prestação jurisdicional.

Dessa maneira, considerando o necessário cumprimento do que estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal; a devida observância aos limites legais e prudencias estabelecidos para o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região; e os estudos apresentados, acolho parcialmente a solicitação efetuada pelo Requerente, para que sejam criados, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (Rio Grande do Sul): (1) 12 (doze) Cargos de Juiz no Tribunal; e (2) 105 (cento e cinco) cargos e funções comissionadas, tudo conforme os parametros fixados no estudo técnico elaborado pelo Comitê de apoio do CNJ’.

Afigura-se imprescindível a criação dos cargos de Juiz do Tribunal, o que proporcionará uma normalização da prestação jurisdicional no segundo grau, evitando-se a adoção de regimes de exceção e a convocação de juízes de primeiro grau para atenderem à alta demanda por julgamentos de recursos.

A constatação do aumento das demandas trabalhistas, inclusive em razão das novas competências estabelecidas na Emenda Constitucional n.º 45, bem como o fato de não ter crescido o quanto era de se esperar, passou a exigir providências no sentido de dotar o 4º Tribunal Regional do Trabalho dos meios efetivos para o desempenho pleno dos serviços judiciais aos jurisdicionados, até mesmo como forma de viabilizar a razoável duração do processo, preconizada no art. 5º, inciso LXXVIII da Constituição Federal.

Com estas considerações, submeto o anexo anteprojeto de lei à apreciação desse Poder Legislativo esperando que a proposição mereça a mais ampla acolhida, convertendo-se em lei com a urgência possível.

Brasília-DF, de julho de 2009.

MILTON DE MOURA FRANÇA
Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho